

ATA DA XX REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 01 DE ABRIL DO ANO DE 2015, NO AUDITÓRIO DA SMSP – CENTRO/SP, COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES**: ANA LUZIAMAR GARCIA REIS (SMS); CLAUDIA ELIZABETE DA SILVA (SMSP); MANOEL MESSIAS N. SANTOS (RNPR); RENATO RIBEIRO SENA (RPR); REGINA MARIA MANOEL (OAF) E ÁTILA ROBSON PINHEIRO (RPR); **MEMBROS SUPLENTE**S: LUANA BOTTINI (SMDHC); LETÍCIA BARBIERI BOLOGNANI (SMSU); MICHELE ALEXANDRA DOS SANTOS (SMADS) E ALCYR BARBIN NETO (CLÍNICA LUIZ GAMA). **DEMAIS PARTICIPANTES**: ERI ISHIMOTO (SMS); LUIZA RODRIGUES SILVA (RPR); SEBASTIÃO NICOMEDES DE OLIVEIRA (RPR); MANOEL BONFIM BARROS (CMPD); ADILSON DA SILVA (GEST-SÉ); ELIANA GARRAFA (SMADS); ROSANE (SMADS); MARIA REGINA LIMA (SMADS), VANDERLITO (RPR); MAYNA MELO (SMDHC); RAFAEL SILVA (SMDHC); VIRGINIA LUZ SCHMIDT (SMDHC); EMILIA BROIDE (SUR); REINALDO (REDUTO DA PAZ) E MARCO PALMANHANI (SDTE).

Sob a coordenação da Sra. Luana Bottini (SMDHC) iniciou-se a XX Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua com a leitura da ata da XIX Reunião Ordinária do Comitê PopRua, que é aprovada. Em seguida, o Sr. Rafael Silva (SMDHC) realizou a leitura da ata da XI Reunião Extraordinário do Comitê do PopRua, que também é aprovada. A Sra. Luana Bottini (SMDHC) passa para a pauta, que é a apresentação do **Projeto de Economia Solidária**. Na introdução, o Sr. Wander Monteiro (MNPR) explica que o projeto nasceu de uma construção conjunta com o governo e que a proposta reforça e traz o protagonismo do indivíduo que está em situação de rua, possibilitando novamente a geração de renda. Em seguida, a Sra. Eliana Garrafa (SMADS) diz que o projeto é um convênio assinado com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério de Trabalho e Emprego, com a coordenação da SMADS por entender que o associativismo da Economia Solidária tem uma interface com a assistência social com o objetivo de promover o desenvolvimento e o empoderamento da população em situação de rua e também trabalhar com os jovens em situação de vulnerabilidade, a partir da inclusão socioeconômica desses grupos. Diz que os objetivos específicos são a articulação dos atores que estarão envolvidos nos três eixos do projeto, realizar as ações de formação cidadã e qualificação profissional e possibilitar o desenvolvimento local com ações inclusivas, garantindo incentivos para a produção e comercialização de bens. Relata que os resultados esperados são: ter um Núcleo de Coordenação Intersetorial e equipes de coordenação e execução para que as mesmas mobilizem, sensibilizem e promovam o acesso a serviço de inclusão socioeconômico e cultural tanto dos jovens em situação de vulnerabilidade como das

pessoas em situação de rua. Diz que o objetivo é atingir cerca de 2.000 pessoas entre jovens e população de rua e também sensibilizar os trabalhadores que atuam com esses segmentos. Outro resultado será o fomento técnico e gestão em Economia Solidária para incubação de empreendimentos, promovendo o desenvolvimento socioeconômico local e espaços construídos de promoção e comercialização solidária e da troca de serviços e produtos dos empreendimentos solidários de São Paulo. A Sra. Eliana Garrafa (SMADS) fala que a equipe de gestão será composta pelas secretarias de Cultura (SMC), Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE) e será coordenada pela de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); o Núcleo de Coordenação Intersecretarial de Juventude, que fará a supervisão, acompanhamento, monitoramento e avaliação da parte da juventude, será composto pela SMADS, CCJ e a SMDHC; e o Núcleo de Coordenação Intersecretarial da População em Situação de Rua, que acompanhará o trabalho com a população de rua será composta pela SMADS e a SMDHC. Fala que dentro desse contexto haverá equipe de execução da agenda cultural jovem, a equipe de execução dos empreendimentos solidários de Juventude Viva e a equipe de execução de Centro/POP. Cita que a Secretaria Nacional disponibilizou cinco milhões de reais e a SMADS R\$ 434 mil para o projeto. A Sra. Rosane (SMADS) explica que a parte do projeto que diz à juventude tem dois caminhos, sendo um para trabalhar com a questão de um serviço que a SMADS já possui, chamado Centro da Juventude. Relata que a lógica é formar os profissionais da SMADS, SMDHC e SMC. Em seguida será feita uma formação com os jovens e, após isso, serão contratados 20 projetos de arte educação que serão intercalados entre os Centros de Juventude da cidade para fomentar ações culturais. Diz que o segundo caminho será trabalhar com o Juventude Viva, que é um programa do Governo Federal, que visa prevenir a morte dos jovens da periferia. Explica que a proposta é priorizar os territórios onde já foram implantados o programa, por serem locais onde há mais porcentagem de morte de jovens negros. A Sra. Virginia Luz Schmidt (SMDHC) diz que em relação ao eixo da população em situação de rua a proposta é atuar com intensidade em três espaços: o Centro POP Bela Vista, o Centro POP Barra Funda e o De Braços Abertos, na região da Luz. Fala que a proposta é que se contrate uma organização para fazer a Coordenação-Geral do projeto dentro desse eixo e que será aberto um Termo de Referência para fazer todo o processo da contratação para serem formados os profissionais que trabalham com esse segmento. Diz que a ideia é que tenha uma formação em Economia Solidária de 40 horas, com o foco na produção e na formação do empreendimento econômico, visto que serão realizadas 12 oficinas, quatro por território, totalizando uma carga horária de 72 horas em cada local. Fala que o objetivo é conseguir formar em torno de 460 pessoas. Informa que após receberem a formação, os grupos poderão compor empreendimentos

que receberão uma assessoria técnica como se fosse uma incubação para desenvolvê-los. A Sra. Michele Alexandra dos Santos (SMADS) diz que no Juventude Cultura são 75 profissionais que atuam com a juventude diretamente, 200 educadores divididos pelos 97 CJs de São Paulo, 1150 jovens em situação de vulnerabilidade e 20 educadores para formação, sendo que 32 CJs serão selecionados com as 32 iniciativas na Juventude Cultura. No Juventude Viva serão 250 jovens em oito empreendimentos, 40 profissionais tanto do Centro/POP Barra Funda, Centro/POP Bela Vista e o de Braços Aberto para atender 460 pessoas. A Sra. Eliana Garrafa (SMADS) informa que tanto para a juventude quanto para a população de rua serão realizadas feiras de Economia Solidária, totalizando 20 feiras para a venda de produtos. Diz que o projeto prevê a contratação de filmagem, edição, montagem, reprodução e de elaboração de um livro para que seja registrada essa experiência do município de São Paulo. Terminada a apresentação, é aberta para discussões da plenária. O Sr. Renato Ribeiro Sena (RPR) diz que solicitou a pauta para discutir sobre a proposta de criação de um Grupo de Trabalho da Economia Solidária, sugere que seja realizado um Seminário e que está aberto ao diálogo, mas não com um pacote fechado envolvendo entidade e contratações, de uma forma que não foi contemplado por quem de fato tem interesse. A Sra. Luana (SMDHC) lembra que a apresentação desse projeto é uma demanda do Comitê há bastante tempo e agradece pela apresentação. Diz que ficará como tarefa para o Comitê a proposta de criação do GT. O Sr. Sebastião Nicomedes de Oliveira (RPR) diz que, de 2005 a 2008, o GT Interministerial misto entre catadores e população de rua havia chegado à conclusão de que fariam um mapeamento daquilo que a população de rua produzia de artesanato e sente a falta de locais que não foram previamente apresentados. Fala que precisam garantir que o artista em situação de rua, que trabalha com o artesanato, possa ampliar a sua capacidade de produzir, de realizar e obter renda e entende que há uma necessidade de outra oportunidade de apresentação desse projeto para conhecer a fundo a criação do mesmo. O Sr. Manoel Messias N. Santos (RNPR) diz que do ponto de vista da Economia Solidária, ele defende a tese que se deve investir no sujeito e não mais na instituição e que precisam ir até as casas de acolhida e a rua, onde está a pessoa em situação de rua, para que a mesma tenha uma chance. O Sr. Paulo Afonso (RPR) diz que o primeiro passo que tem que ser dado é perceber que existem pessoas que precisam de tratamento e que a equipe do 'De Braços Abertos' precisa ter uma sensibilidade de analisar se é viável colocar esse projeto na região da Luz ou tratar essas pessoas, que são dependentes químicos. A Sra. Eliana Garrafa (SMADS) diz que o projeto possui um financiamento de recurso alto e que esse trabalho tem sido pensado cuidadosamente, de forma a atingir resultados, há um ano e meio. Fala que não podem perder o foco de ter a incubadora e que estão discutindo a possibilidade de uma loja social. A Sra. Luana (SMDHC) diz que assim que a nova gestão do Comitê PopRua se

organizar será pensada a possibilidade de criação do GT e informou que a Sra. Virgínia Luz Schmidt (SMDHC) e a Sra. Michele (SMADS) estão trabalhando na questão do PRONATEC, pensando nos desafios de envolvimento. É finalizada a discussão dessa pauta.

Antes de seguir para as pautas seguintes, são feitos os informes. 1) A Sra. Luana (SMDHC) diz que foi realizado no dia 10 de março uma **audiência pública para a população em situação de rua para tratar sobre o PLAS (Plano Municipal de Assistência Social)** e que nesse dia foi sugerido ao COMAS, pelo Sr. Rafael Silva (SMDHC), uma aproximação entre os dois colegiados, de forma que as propostas voltadas à população em situação de rua sejam também discutidas no Comitê PopRua antes de serem submetidos à plenária do COMAS; 2) Comunica que no dia 21 de abril acontecerá o **XII Dia da Cultura e Cidadania**, na Praça da Sé, promovido pelo Movimento Estadual, em que estão previstas ações como consulta jurídica, atendimento das equipes de saúde, da assistência social, INSS, oficina de direitos humanos, entre outras atividades.

A pauta seguinte é a apresentação dos materiais das **Eleições do Comitê PopRua**. O Sr. Rafael Silva (SMDHC) informa que a ata aprovada na última reunião do Comitê está em análise pela Assessoria Jurídica da SMDHC para saber se existe algum ponto que possa comprometer o processo. Diz que assim que for aprovado pelo Jurídico, o documento será publicado no Diário Oficial para que se iniciem as inscrições dos candidatos. Fala que como estavam com um prazo muito curto, não conseguiram começar a mobilização no dia 1º de abril, então estão propondo iniciar esse processo de mobilização e de inscrição após a publicação da ata, mas sem alterar o período estipulado, que é de um mês. Apresenta o modelo do cartaz produzido pela Comissão Eleitoral e diz que falta realizar o levantamento dos equipamentos onde haverá o processo de formação das eleições. O Sr. Sebastião Nicomedes de Oliveira (RPR) diz que precisam pensar no formato da eleição e de como será o deslocamento das pessoas, para que as mesmas consigam chegar ao local de votação. O Sr. Átila Robson Pinheiro (RPR) diz ser necessário dar condições para que as pessoas entendam minimamente as instâncias de governo dentro desse Comitê, de forma a contribuírem de forma mais qualificada. O Sr. Rafael Silva (SMDHC) fala que o processo de formação terá justamente o objetivo de esclarecer o funcionamento da estrutura do Comitê e que a SMDHC está trabalhando internamente para responder como funcionará toda a logística do transporte para garantir que todos os interessados em participar no dia da eleição tenham acesso aos locais de votação. O Sr. Renato Ribeiro Sena (RPR) diz ser contra a votação ser apenas em um local, sendo que havia colocado a proposta para que a votação acontecesse nos mesmos locais onde foram feitas as inscrições. O Sr. Alcyr Barbin Neto (Clínica DH Luiz Gama) diz que,

quando a sociedade civil se reuniu para discutir a proposta das eleições, todos foram favoráveis a uma regionalização, não apenas dos locais de pleito como também das vagas dos membros, mas explica que não conseguiram colocar essa questão no texto do edital da eleição. A Sra. Luana (SMDHC) diz que o edital foi amplamente debatido e aprovado em reunião ordinária e que a SMDHC vai disponibilizar toda a infraestrutura necessária para garantir a participação de todos. O Sr. Atila Robson Pinheiro (RPR) pergunta por que os membros do Comitê não estão mais presente nas reuniões e diz que esse espaço é o local para expor as insatisfações da população de rua com o governo. A Sra. Luana (SMDHC) diz que nessa reunião a maior parte do governo justificou a ausência e fala que o mesmo tem estado em peso nas últimas reuniões. É colocada para votação da plenária a Câmara Municipal como sendo o local para a eleição. O Sr. Renato Ribeiro Sena (RPR) se opõe a essa proposta. O Sr. Alcyr Barbin Neto (Clínica DH Luiz Gama) diz que foi aprovado o Regimento Eleitoral, mas não haviam fechado o local de votação porque o local original da proposta era o auditório da Secretaria de Direitos Humanos, que está em reforma. Disse que havia ficado acordado que a Comissão Eleitoral iria buscar o local e divulgá-lo. O Sr. Atila Robson Pinheiro (RPR) diz que esboçou a possibilidade de ser em um espaço do Poder Público para descentralizar e concordou que é muito difícil fazer o deslocamento da população, por isso é contra a proposta. O Sr. Rafael Silva (SMDHC) diz que a proposta está de acordo com o que foi aprovado no Edital. Com relação ao cartaz, o Sr. Renato Ribeiro Sena (RPR) propõe inserir o local de votação e horário da saída do ônibus. O Sr. Rafael Silva (SMDHC) fala que ficou combinado que esse cartaz seria apenas da primeira etapa, sendo que a partir do término das inscrições será colocado um segundo cartaz com as informações de quem são os candidatos e onde será o local de votação. A Sra. Luana (SMDHC) faz a leitura do cartaz e o plenário aprova o conteúdo.

Depois é iniciada a discussão sobre o material de divulgação da **Pesquisa Social Participativa**. A Sra. Luana (SMDHC) diz que foi desenvolvida uma arte da pesquisa para mobilizar mais pessoas e que a sugestão é alterar a escrita “Realização: SUR, e Parceria: Prefeitura e Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania” para “Realização: Comitê Intersecretarial da Política para População em Situação de Rua, SUR e Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania” com a logomarca dos três realizadores. O Sr. Sebastião Nicomedes de Oliveira (RPR) sugere inserir “o que é viver em situação de rua na cidade de São Paulo” ao invés de “o que é viver nas ruas da cidade de São Paulo”. Aprovada a alteração com relação à realização, a arte e a sugestão do Sr. Sebastião. O Sr. Atila Robson Pinheiro (RPR) propõe colocar qual é o objetivo da pesquisa para conseguir melhor comunicar o trabalho, que também é aprovado. A reunião é encerrada.

Assinam a presente ata aprovada na XXI Reunião Ordinária em 06/05/15:

Membros titulares:

Ana Luziamar Garcia Reis (SMS) _____

Claudia Elizabete da Silva (SMSP) _____

Manoel Messias N. Santos (RPR) _____

Renato Ribeiro Sena (RPR) _____

Átila Robson Pinheiro (RPR) _____

Regina Maria Manoel (OAF) _____

Membros suplentes:

Luana Bottini (SMDHC) _____

Letícia Barbieri Bolognani (SMSU) _____

Alcyr Barbin Neto (Clínica Luiz Gama) _____

Michele Alexandra dos Santos (SMADS) _____